



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CAMPUS I  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO  
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**

**ALUNA: SIMONE LIMA RAFAEL**

**ORIENTADORA: HÉRICA GHISLÂNIA G. PIRES**

**EMPRESA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , ESPORTE E CULTURA DE  
CAMPINA GRANDE**

**CURSO: BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PERÍODO: 2006.2**

**Campina Grande – PB  
2007**

**SIMONE LIMA RAFAEL**

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE  
CAMPINA GRANDE**

*Relatório de Estágio Supervisionado, apresentado  
à Universidade Federal de Campina Grande -  
UFCG, em cumprimento às exigências legais para  
obtenção do grau de Bacharel em Administração  
Pública.*

**Orientadora:** HÉRICA GHISLÂNIA G. PIRES

Campina Grande – PB  
2007

**SIMONE LIMA RAFAEL**

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE  
CAMPINA GRANDE**

**COMISSÃO DE ESTÁGIO**

**MEMBROS:**

---

**SIMONE LIMA RAFAEL**  
ALUNA

---

**HÉRICA GHISLÂNIA G. PIRES**  
PROFESSORA ORIENTADORA

---

**CARLOS EDUARDO CAVALCANTE**  
COORDENADORA DE ESTÁGIO

**SIMONE LIMA RAFAEL**

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE  
CAMPINA GRANDE**

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos  
seguintes professores:

**BANCA EXAMINADORA**

---

**HÉRICA GHISLÂNIA G. PIRES**  
PROFESSORA ORIENTADORA

---

**MÁRIO WELLINGTON A. DE FARIAS**  
PROFESSOR EXAMINADOR

---

**ROBSON OLIVEIRA A. DE FARIAS**  
PROFESSORA EXAMINADORA

***“O coração do homem planeja o seu caminho, mas  
o Senhor lhe dirige os passos.”  
(Provérbio 16:9)***

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho a minha amada família:  
Minha mãe Maria de Lourdes e meus irmãos  
Severino, Suzeme, Sandra, Suetony, que estiveram  
sempre ao meu lado, incentivando-me e motivando-  
me em todos os momentos.*

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus, que me acompanha em todos os momentos de minha vida me dando fortaleza, tornando sólidos meus projetos, reais meus sonhos, recompensando minhas esperanças e aumentando minha fé.*

*Agradeço a minha família, em especial a minha mãe, pela amizade, apoio, paciência e dedicação, pois sem estes gestos de amor a jornada seria imensamente pesada.*

*A professora Hérica Chislânia C.Pires, pela demonstração de confiança, interesse e total profissionalismo, incentivando-me e colaborando, da melhor forma, em todos os momentos. O mérito da realização deste trabalho também pertence a ela.*

*Aos amigos, que demonstraram carinho e companheirismo, em todos os momentos de alegria e felicidade.*

*Agradeço também, aos professores e aos demais funcionários da Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade.*

**LIMA RAFAEL S. A IMPORTANCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.** Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2007.

## RESUMO

O presente trabalho aborda uma pesquisa sobre o estudo das políticas públicas na Administração inseridas na área da Educação. Tendo como objetivo geral constatar e analisar a importância de alguns projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande junto à Secretária de Educação, Esporte e Cultura no ano de 2006. Para tanto o texto encontra-se organizado em sete seções subseqüentes, a saber: Introdução, Histórico da Empresa, Fundamentação Teórica, Aspectos Metodológicos, Apresentação dos Projetos, Resultados e discussões e Considerações finais. Tratou-se de uma pesquisa descritiva, sendo o levantamento de dados feito a partir de pesquisas bibliográficas, a população estudada constou de seis projetos executados no ano de 2006 pela Secretaria, a amostra do estudo corresponde ao método de amostragem não-probabilística. Para o alcance dos objetivos da pesquisa, fez-se necessário à coleta de dados realizada a partir de entrevistas por pauta, onde o tratamento de dados utilizado foi o qualitativo. Os resultados desta pesquisa evidenciam que as políticas públicas na área de educação em Campina Grande acontecem regularmente sendo direcionadas em sua maioria a capacitação dos profissionais de educação que por sua vez prestam melhores serviços aos alunos da rede pública municipal, conscientizando tanto os profissionais de educação quanto a própria comunidade sobre a importância de temas como o sócio-ambiente e a educação inclusiva.

Palavras –Chave: Administração Pública, Políticas Públicas, Projetos e Educação

LIMA RAFAEL S. THE IMPORTANCE OF THE DEVELOPED PUBLIC POLITICS IN THE SECRETARY OF EDUCATION, SPORT is CULTURE OF THE MUNICIPAL DISTRICT OF BIG CAMPINA - PB. Report of Supervised Apprenticeship (Bacharelado in Public Administration) - Federal University of Campina Grande, Paraíba, 2007.

## SUMMARY

The present work approaches a research on the study of the public politics in the Administration inserted in the area of the Education. Tends as general objective to verify and to analyze the importance of some projects developed close to by the Municipal City hall of Campina Grande the Secretary of Education, Sport and Culture in the year of 2006. For so much the text meets organized in seven subsequent sections, to know: Introduction, Historical of the Company, Theoretical Fundamentação, Methodological Aspects, Presentation of the Projects, Results and discussions and Considerations finais. Tratou-if of a descriptive research, being the rising of data fact starting from bibliographical researches, the studied population consisted of six projects executed in the year of 2006 by the Clerkship, the sample of the study corresponds to the sampling method no-probabilística. For the reach of the objectives of the research, he/she made himself necessary to the collection of data accomplished starting from interviews by list, where the used treatment of data was the qualitative. The results of this research evidence that the public politics in the education area in Campina Grande happen regularly being addressed in its majority the education professionals' training that you/they render better services to the students of the municipal public net for its time, becoming aware the education professionals so much with relationship the own community on the importance of themes as the partner-atmosphere and the inclusive education.

Words -key: Public administration, Public Politics, Projects and Education

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Órgãos da Administração Pública Municipal.....	<b>13</b>
<b>Quadro 2:</b> Projeto Educação no Campo.....	<b>25</b>
<b>Quadro 3:</b> Público - alvo e município contemplado.....	<b>26</b>
<b>Quadro 4:</b> Público-alvo do Projeto Educação Socioambiental – Educação Chico Mendes.....	<b>28</b>

<b>Quadro 5:</b> Público-alvo do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.....	<b>30</b>
<b>Quadro 6:</b> Objetivos do Projeto de Reforma e Restauração do Museu Histórico de Campina Grande.....	<b>30</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Três poderes da União .....	<b>11</b>
---	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Projetos aprovados nas áreas de Educação e Cultura.....	<b>23</b>
<b>Tabela 2</b> – Etapas do Projeto Educação no Campo.....	<b>25</b>
<b>Tabela 3</b> – Etapas do Projeto Paz nas Escolas.....	<b>27</b>
<b>Tabela 4</b> – Etapas do curso de Formação.....	<b>31</b>

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO II - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA.....</b>	<b>3</b>
2.2 - Identificação da Empresa	
.....	<b>4</b>

## 2.3 - Histórico da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura

.....4

**CAPÍTULO III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....5**

3.1 - Da organização do Estado Brasileiro .....5

3.2 - A União.....5

3.3 - O Estado

.....6

3.4 -O Município

.....7

3.4.1 - Competência Municipal

.....8

3.5 - O Governo .....8

3.6 - Administração Pública .....9

3.6.1- Natureza e Fins da Administração Pública.....10

3.6.2- Organização da Administração Pública no Brasil.....10

3.6.2.1 - Administração Pública Municipal.....11

3.6.2.2 - Administração Indireta Municipal.....12

3.6.2.3 - Administração Direta Municipal.....

12

3.6.2.2.1- Secretarias Municipais de Campina Grande – PB.....13

3.6.3 - Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município de  
Campina Grande-PB .....15

3.7 - Políticas Públicas

.....16

3.8 - Políticas Educacionais No Brasil.....18

3.8.1 - Caracterização do Sistema Educacional Brasileiro.....	19
3.8.2 - Políticas Educacionais no Estado da Paraíba .....	19
3.8.3 - Políticas Educacionais no Município de Campina Grande-Pb .....	20
<b>CAPÍTULO IV - ASPECTO METODOLÓGICOS.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO V - PROJETOS EXECUTADOS.....</b>	<b>22</b>
5.1 Projetos Executados em 2006.....	22
5.2 Descrição Dos Projetos.....	24
5.2.1- Projeto Educação no Campo: O Fortalecimento de uma educação na construção de novos cenários .....	24
5.2.2 - Projeto Paz nas Escolas – Capacitação de Professores .....	26
5.2.3 - Projeto Educação Socioambiental – Educação Chico Mendes .....	28
5.2.4 - Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.....	29
5.2.5 - Projeto de Reforma e Restauração do Museu Histórico de Campina Grande.....	30
5.2.6 - Projeto Formação Continuada de Profissionais de Apoio.....	30
<b>CAPÍTULO VI -RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>32</b>
6.1 – Apresentação dos Resultados.....	32
6.1.1 - Projeto Educação no Campo.....	32
6.1.2 - Projeto Paz nas Escolas.....	32
6.1.3 - Projeto Educação Socioambiental – Educação Chico Mendes .....	33
6.1.4 - Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.....	33
6.1.5 - Projeto de Reforma e Restauração do Museu Histórico de Campina Grande.....	34
6.1.6 - Projeto Formação Continuada de Profissionais de Apoio.....	34

<b>CAPÍTULO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>42</b>



# CAPÍTULO II



# APÊNDICE



# CAPÍTULO III



# CAPÍTULO IV



# CAPÍTULO V



# CAPÍTULO VI



# CAPÍTULO VII

## INTRODUÇÃO

A Administração Pública têm como função primordial possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados fazendo-se cumprir a lei que fixa a finalidade perseguida pelo administrador público, ou seja, o sentido da administração pública pode se resumir na busca da realização do bem comum.

Para cumprir essas leis o administrador público faz uso de ações que viabilizam as necessidades da população. Estas ações podem ser chamadas políticas, pois auxiliam os gestores no alcance dos objetivos da sociedade.

Neste contexto, os gestores se preocupam cada vez mais em atender por meio de políticas públicas as necessidades básicas da população. A educação no Brasil tem merecido significativa atenção dos governos na medida que a sociedade cobra dos mesmos, ações que venham acrescentar valor no sistema de educação. Em nosso município a realidade não é diferente, a sociedade campinense também cobra e deseja ver acontecer programas e projetos nessa área que venham beneficiar a população. Diante disso, tem-se um questionamento: Quais e qual a importância dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande junto à Secretária de Educação, Esporte e Cultura no ano de 2006?

Por esse motivo é interessante e atual o estudo das políticas públicas na Administração Pública inseridas na área da Educação. Dessa maneira objetivamos constatar e analisar a importância dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande junto à Secretária de Educação, Esporte e Cultura no ano de 2006. Para o alcance desse objetivo geral, faz necessário executar tais objetivos específicos:

- Revisar a literatura sobre Administração Pública;
- Descrever a empresa onde serão feitos os estudos;
- Relatar e descrever alguns projetos desenvolvidos pela Secretária de Educação, Esporte e Cultura do Município de Campina Grande no ano de 2006;
- Apresentar e analisar os resultados obtidos com esses projetos;
- Oferecer sugestões para a melhoria dos mesmos.

Mais do que nunca observamos que a população brasileira busca obter informações sobre o que é feito com o dinheiro público, saber que ações o governo desenvolve para suprir

as necessidades do povo. Sabemos, porém, que é a busca por essas informações que incentivam o desenvolvimento de políticas para o bem de todos.

Neste contexto, a relevância deste trabalho está em relatar e descrever alguns projetos desenvolvidos pela Secretária de Educação, Esporte e Cultura do Município de Campina Grande no ano de 2006 de forma especial, de modo que estes evidenciem os resultados alcançados pela Secretária no ano de 2006. Alertando a comunidade acadêmica sobre o que está sendo feito pela educação em Campina Grande, bem como aprofundar os conhecimentos próprios da graduada, auxiliando, desta maneira posteriores estudos nesta área.

## **HISTÓRICO DA EMPRESA**

### **2.1- IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

- Denominação Social: Secretaria de Educação, Esporte e Cultura (SEDUC) de Campina Grande - PB ;
- CNPJ: 02180202000198;
- Endereço: R. Paulino Raposo, 347 - Centro – Campina Grande;
- Fone/Fax: 0(83)3310-6163

### **2.2 -HISTÓRICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA (SEDUC)**

A Secretaria de Educação, Esporte e Cultura (SEDUC) de Campina Grande - PB, desde a sua criação, passou por significativas transformações, visto as mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas e as perspectivas teóricas relacionadas às concepções de ensino-aprendizagem que impulsionam um novo modo de conceber a Educação.

Por volta do ano de 1947, na administração do Prefeito Elpídio de Almeida, havia apenas uma Diretoria de Educação, dirigida por Félix Araújo, que coordenava os trabalhos de 14 escolas. Ao final dessa gestão, o Município já contava com 44 escolas.

No início dos anos 50, o Prefeito Plínio Lemos criou a Secretaria de Educação. À frente desta secretaria estava a professora Laura Borborema, hoje falecida.

Já no exercício do Prefeito Severino Cabral (1955-1959), esta instituição passou a ser chamada de Secretaria de Educação, Saúde e Agricultura, assumindo, posteriormente, a denominação de Secretaria de Educação, Saúde e Cultura.

Na gestão do Prefeito Ronaldo Cunha Lima (1983-1988), a Secretaria de Educação esteve sob o comando da professora Margarida Mota Rocha que, diante da necessidade de fixar políticas educacionais e culturais e estabelecer estratégias para a sua operacionalização, conduziu a equipe da Secretaria de Educação e Cultura na elaboração de um Plano Bial para a Educação e Cultura do Município de Campina Grande.

Em 1983, a rede Municipal de Ensino possuía 58 escolas urbanas, com 15.770 alunos, assistidos por 422 professores; 70 escolas rurais, com 4.194 alunos orientados por 136 professores, totalizando 19.964 alunos e 558 professores. No período de 1985 e 1992, a Secretaria de Educação do Município demarcou as seguintes ações: ampliação do atendimento da Pré-Escola de 2.100 para 3.900; do Ensino Regular, que passou de 14.600 para 18.900 e da Educação de Jovens e Adultos, que passou de 2.300 para 6.000.

Os programas institucionais básicos desse período foram: política de formação continuada dos docentes a partir de congressos e cursos; programa de aceleração com a participação de estagiários da Escola Normal; programas de educação ambiental; programas de incentivo à cultura; programa de municipalização da merenda (formação e capacitação de Conselho de Classe); programas de educação da Secretaria de Educação, Saúde e Agricultura, assumindo, posteriormente, a denominação de Secretaria de Educação, Saúde e Cultura.

A Rede Municipal de Ensino de Campina Grande, de 1997 a 2000, contava com 153 escolas no Ensino Fundamental e 19 creches, além de inúmeras turmas de Jovens e Adultos no turno noturno. Já em 2001, no Ensino Fundamental e Educação Infantil atendeu a 33.829 crianças, contando para isso com cerca de 1.500 educadores. Durante este período foram feitas algumas pesquisas sobre a realidade educacional Campinense com todos os participantes do fazer pedagógico e a apresentação de propostas de letramento, culminando com a implantação de Ciclos de Formação e Pedagogia de Projetos.

Atualmente, sob a gestão do Prefeito Veneziano Vital do Rego, a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura conta com um número de 130 escolas, distribuídas em 39 núcleos - 29 localizados na zona urbana e 10 na zona rural -, 22 creches e 7 escolas conveniadas. Sob uma nova perspectiva, o secretário Flávio Romero Guimarães busca a revitalização da estrutura desses núcleos, numa abordagem da pedagogia inclusiva; programas de incentivo ao esporte e programas de intercâmbio com a comunidade.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 3.1- DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

De acordo com Slomski (2003:363) as esferas do governo segundo o art. 1º da Carta Constitucional de 1988 são:

- a) a União;**
- b) os Estados e o Distrito Federal;**
- c) os Municípios**

Estes juntos constituem um Estado Democrático de Direito, onde todo poder emana do povo e é exercido por meio de representantes, via poder Legislativo ou diretamente, nos termos da Constituição. Sendo todos autônomos segundo a mesma.

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formar novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação do povo, por meio de plebiscito, e por lei complementar do Congresso Nacional.

As Constituições e leis que regem e organizam as ações coletivas adotadas pelos Estados Federados são regidas pelos princípios da Constituição de 1988.

### 3.2- A UNIÃO

No art. 18 da Constituição Federal de 1988, a União é mencionada como uma das unidades que compõem a República Federativa do Brasil. Pois estabelece que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o distrito federal e os municípios, todos autônomos.

Sendo assim, a União é a entidade federal formada pela reunião das partes componentes, pessoa jurídica de direito público interno, autônoma em relação às unidades federadas, a quem cabe exercer as prerrogativas da soberania do Estado brasileiro. Não se confundindo assim com a República Federativa do Brasil, pois esta é um complexo constituído da União, estados, distrito federal e municípios, dotado de personalidade jurídica de direito público internacional.

O território da União abrange todo o território físico estatal. Juridicamente, o território estatal brasileiro é mais amplo do que o território da União, porque abrange as ordens jurídicas particulares das unidades regionais e locais autônomas.

A posição da União no Estado federal constitui o aspecto unitário que existe em toda a organização federal. O Estado federal forma-se de elementos unitários e federativos. O que cria uma forma de Estado são os elementos unitários que dão à federação sua essência do Estado como instituição de direito internacional

Desta forma o Estado federal é caracterizado por duas tendências: a unitária representada pela União e a federativa representada pelos estados federados.

### **3.3 -O ESTADO**

Segundo Slomski (2003:354) apud SALVANETTI NETTO, o termo Estado, como definidor da sociedade política, é de criação moderna.

Para HERBET EMMERICH (1962:20), “sofreram transformação radical os fins do estado moderno que seja o acelerador da mutação econômica e social, e não mais o mantenedor do status quo. Têm –se o novo papel de mola mestra e principal propulsor do desenvolvimento nacional”.

Slomski (2003:354) descreve sinteticamente, para o estado: povo, território e governo soberano.

Para Max o Estado funciona para preservar a propriedade privada e para assegurar os interesses da classe burguesa. A burguesia se beneficia do Estado, mas não é mais ela que governa. Ela entrega sua autonomia em troca da preservação da sua propriedade e de sua capacidade de enriquecimento. O governo do Estado moderno não é mais do que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa.

O Estado pode ser conceituado como instrumento de organização política da comunidade e deve ser estudado como um sistema de funções que disciplinam e coordenam os meios para atingir determinados objetivos e como um conjunto de órgãos destinados a exercer funções.

O Estado tem como finalidades básicas à segurança, com o objetivo de obter a ordem política, econômica e social; e o desenvolvimento, com o objetivo de promover o bem

comum, e também, instituir e dinamizar uma ordem jurídica; a de cumprir e fazer cumprir as normas próprias dessa ordem, resolvendo os conflitos de interesses; e a de cumprir essa ordem, administrando os interesses coletivos, gerindo os bens públicos e atendendo às necessidades gerais. Para que o Estado exerça suas funções, este se manifesta por meio dos Poderes do Estado (ou Funções do Estado), que são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si, conforme assevera a nossa Constituição Federal (art. 2º). A função principal do Poder Legislativo é a elaboração de leis (função legislativa), a função principal do Poder Executivo é a execução das leis (função administrativa), enquanto que a função principal do Poder Judiciário é a aplicação das leis aos casos concretos (função judicial). No entanto a função administrativa não é exclusiva do Poder Executivo, cada um dos três Poderes desempenha cada uma dessas funções de maneira precípua, mas todos eles desempenham todas as funções.

### 3.4- O MUNICÍPIO

Segundo Slomski (2003:364) apud MEIRELES, “O Município, como unidade político-administrativa, surgiu com a República Romana, interessada em manter a dominação pacífica das cidades conquistadas pela força de seus exércitos, nessas cidades o governo era eleito pelos homens livres, considerados cidadão do Município”.

Desta forma Slomski (2003:364) relata que:

A criação, a incorporação, a fusão e desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

O Município rege-se por lei orgânica obedecendo aos princípios previstos em lei, ou melhor, na Constituição Federal e a Constituição dos respectivos Estados e os seus preceitos. Dentro dos preceitos temos que as eleições para Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores para mandato de quatro anos, acontecerá mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País.

### 3.4.1- COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Segundo o art. 30 da Constituição federal de 1988 compete aos Municípios:

Legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e estadual no que couber; instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, Programas de Educação Pré-Escolar e de Ensino Fundamental; promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (Constituição federal art.30).

### 3.5- O GOVERNO

Governo, conforme nos ensina o eminente autor Hely Lopes (2000:80), "é a expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos, do Estado e da manutenção da ordem jurídica vigente".

Para FILELLINI(1994: 177) governo pode ser definido como "grupo transitório de pessoas responsável pela execução do contrato social. Do Governo resulta políticas, traduzidas em normas, leis e ações, que afetam as relações das pessoas entre si(sociais) e destas com a natureza(econômicas)".

O governo confere ao Estado sua coloração política. É a organização necessária para o exercício do poder, a força que conduz a coletividade para o cumprimento das normas que cria, estabelece e exige como condição para a convivência social.( Slomski 2003:355 ).

Deste modo, cabe ao governo prestar ao cidadão serviços de qualidade que funcionem bem e que gerem resultados. "Um governo de qualidade, de um Estado que cumpre sua função" (ARAÚJO E ARRUDA, 2004;6).

### 3.6- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No que se refere à Administração Pública, os autores têm várias formas de conceituá-la.

A Administração Pública segundo Amato(1962:81), “ é o governo , isto é, conjunto de condutas humanas que determina a distribuição e o exercício da autoridade política”.

Para Meirelles, 1995

Por administração pública entende-se o ato de se realizarem serviços para o bem-estar coletivo e o atendimento dos interesses e anseios da sociedade por intermédio das ações do Estado. Isso envolve os órgãos da administração direta e indireta, bem como as empresas privadas a quem o Estado delega a consecução de determinados serviços públicos.

Na visão de Heady (1970:13), “Administração Pública é aquele setor da administração que existe num contexto político”.

A administração pública, por sua vez, de acordo com Alessi (2007), “é o conjunto de órgãos e serviços do Estado e objetivamente é a expressão do Estado agindo in concreto para a satisfação de seus fins e conservação, de bem-estar individual dos cidadãos e de progresso social”.

O conceito de administração pública não oferece contornos bem definidos, quer pela diversidade de sentidos da própria expressão, quer pelos diferentes campos por meio da qual se desenvolve a atividade administrativa. Neste sentido DI PIETRO (1997:56), apresenta a Administração Pública classificada em: Administração Pública em sentido objetivo, que "refere-se às atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas", e Administração Pública em sentido subjetivo, que "refere-se aos órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas”.

Diante disso, a administração pública tem por objetivo o interesse comum, o bem-estar e o progresso do país em geral. Ela deve preocupar-se não somente com os fins, mas igualmente com os meios, partindo do pressuposto reconhecido, mas não demonstrado de que a administração pública deve servir o interesse geral, aplicar a lei, e dar execução às decisões tomadas com observância dos processos de consentimento.

Para cumprir o seu objetivo primordial que é o interesse comum e oferecer serviços públicos satisfatórios aos cidadãos torna-se imprescindível o gerenciamento dos recursos públicos de forma a aplicá-los em atividades prioritárias para a comunidade.

### **3.6.1- NATUREZA E FINS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A natureza da Administração Pública é a de um *múnus* público para quem a exerce, isto é, a de encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade. E os fins da Administração Pública resumem-se num único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. (Meireles, 2000:80)

Deste modo, impõe-se ao administrador público a obrigação de cumprir fielmente os preceitos do Direito e da Moral administrativa que regem a sua atuação. Ao ser investido em função ou cargo público, todo agente do poder assume para a coletividade o compromisso de bem servi-la, por que outro não é o desejo do povo, como legítimo destinatário dos bens, serviços e interesses administrados pelo Estado.

Na administração particular o administrador recebe do proprietário as ordens e instruções de como administrar as coisas que lhe são confiadas; na administração pública essas ordens e instruções estão concretizadas nas *leis, regulamentos e atos especiais*, dentro da moral da instituição. Daí o dever indeclinável de o administrador público agir segundo os preceitos do Direito e da Moral administrativa, porque tais preceitos é que expressam a vontade do titular dos interesses administrativos – o povo – e condicionam os atos a serem praticados no desempenho do *múnus* público que lhe é confiado.

### **3.6.2- ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL**

A organização de um governo não constitui um fim em si mesmo; é um meio para a realização de objetivos nacionais. Com o objetivo de distribuir as tarefas do governo de forma que possam ser executadas de modo eficiente e econômico e definir as áreas de autoridade e responsabilidade das unidades administrativas, para que se lhes imponha a devida sujeição aos controles constitucionais e políticos. A organização é necessária como base estrutural para a comunicação, comando e coordenação.

A. administração pública do Brasil obedece a uma organização bem definida que segundo Slomski (2003:359) apud BASTOS, “é exercida pelos órgãos da administração direta, pelos órgãos da administração indireta e pelos órgãos da administração delegada”.

- **A administração direta** compreende a organização administrativa do Estado
- **A administração indireta** é a atividade administrativa caracterizada como serviço público, deslocado do Estado, para outra entidade por ele criada. As entidades que a compõem são as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário compõem a divisão orgânica criada pela Constituição brasileira, a esses três Poderes estão atrelados todos os órgãos.

FIGURA 1: *Três poderes da União*

Níveis	Poderes		
	Legislativo	Executivo	Judiciário
<b>Federal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Senado Federal</li> <li>• Câmara dos Deputados</li> <li>• Tribunal de Contas da União</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidência da República</li> <li>• Ministérios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Supremo Tribunal Federal</li> <li>• Superior Tribunal de Justiça</li> <li>• Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais</li> <li>• Tribunais e Juízes do Trabalho</li> <li>• Tribunais e Juízes Eleitorais</li> <li>• Tribunais e Juízes Militares</li> <li>• Ministério Público da União</li> </ul>
<b>Estadual</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assembléia Legislativa</li> <li>• Tribunal de Contas do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete do Governador</li> <li>• Secretarias de Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal</li> <li>• Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal</li> </ul>
<b>Municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara dos Vereadores</li> <li>• Tribunal de Contas do Município ou Tribunal de Contas do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete do Prefeito</li> <li>• Secretarias Municipais</li> </ul>	

FONTE: Slomski (2003,p.360)

### 3.6.2.1 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

É o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribuiu o exercício da função administrativa do Município. É a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito municipal, segundo preceitos do direito e da moral, em que deve prevalecer sempre o interesse do público sobre o privado.

### **3.6.2.2- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL**

Conhecida também como serviço público municipal é composta por autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista.

No município de Campina Grande a administração pública é composta pelo o IPSEM, AMDE e STTP.

O IPSEM Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande assegura aos seus beneficiários, servidores municipais da administração direta e indireta, fundações e do Poder Legislativo, além dos seus dependentes, os benefícios determinados pela sua legislação. Destacam-se aposentadorias e pensões.

A Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE) é uma autarquia municipal, com patrimônio próprio, autonomias administrativa e financeira, com encargos e atribuições definidas nas Leis Municipais N° 3.668/99 e N° 3.683/99 e gestão direcionada para o desenvolvimento sócio-econômico do Município.

Por fim, A Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos – STTP é uma autarquia municipal vinculada ao Gabinete do Prefeito, criada em 28 de março de 1991, através da Lei 2.247, e reestruturado em pela Lei 3.725, de agosto de 1999, no intuito de absorver a municipalização do trânsito. O órgão executivo é responsável pelo planejamento, organização, execução, fiscalização, gerenciamento e controle do transporte coletivo, táxi e moto-táxi, sistema viário, tráfego e trânsito e trabalha com o objetivo de proporcionar um melhor funcionamento do sistema, contribuindo desta maneira para uma melhor qualidade de vida da população. O trabalho é respaldado no conhecimento e respeito às normas e regras disciplinares do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em vigor em todo o território nacional.

### **3.6.2.3- ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL**

“A administração direta é um conjunto de unidades organizacionais que integram a estrutura administrativa de cada um dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios”(ARAÚJO E ARRUDA, 2004;6).

Administração direta do Município compreende a Prefeitura e suas secretarias, com administração centralizada, composta por órgãos com serviços integrados da estrutura municipal.

### **3.6.2.2.1- SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB**

No município de Campina Grande compõem a administração pública os seguintes órgãos:

QUADRO 1: Órgãos da Administração Pública Municipal

<b>ADM. DIRETA</b>
Administração
Educação
Assistência Social
Desenvolvimento Econômico
Obras e Serviços Urbanos
Planejamento
Secretaria de Saúde
Secretaria de Finanças

FONTE: Elaboração própria

- **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

A Secretaria de Administração tem como objetivo estruturar, dinamizar, coordenar e fiscalizar a política administrativa da PMCG, atuando como alicerce das demais secretarias, visando a execução das ações voltadas para o atendimento e satisfação do cliente interno e externo, considerando os princípios éticos e normas legais.

- **SEMAS**

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; órgão do governo municipal tem como missão institucional de acordo com os princípios e diretrizes previstos pela Lei

Orgânica da Assistência Social e na Política Nacional de Assistência Social (LOAS/PNAS), planejar, coordenar e executar as políticas públicas de assistência social dirigido às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e desvantagem socioeconômica no município. Para tanto traça metas a serem realizadas através da interação dos governos: Federal, Estadual e Municipal.

- **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico é a peça-chave das estratégias estabelecidas pelo governo do Município no sentido de recolocar campina grande no espaço que sempre ocupou como importante pólo regional de comércio, indústria e serviços.

- **SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SEOSUR) responde pela coordenação, acompanhamento e fiscalização de obras de engenharia do município, nas áreas de Edificação, Pavimentação, Saneamento e Iluminação Pública. Além disso, todas a parte de Manutenção de vias e locais públicos, como praças, são de responsabilidade da Seosur, que trabalha para garantir a qualidade de vida e o progresso da comunidade campinense.

- **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

A Secretaria de Planejamento articula integração entre as demais secretarias e órgãos municipais para implementação e cumprimento das ações estabelecidas pela PMCG, de modo a acompanhar as ações do governo, planejar intervenções urbanísticas, habitacionais e ambientais. É responsável também por ações de governo destinadas a pensar o município de Campina Grande, mantendo as vocações próprias de crescimento da cidade por padrões mais eqüitativos e democráticos.

- **SECRETARIA DE SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde tem como competências o planejamento e a execução da política de saúde do Município; a execução e fiscalização do Sistema Único de Saúde – SUS; o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da

população com a realização integrada de atividade assistenciais e preventivas; da vigilância epidemiológica e sanitária; de orientação nutricional, alimentar e de saúde do trabalhador; da prestação de serviços médicos e ambulatoriais, de urgência e de emergência; da implementação e fiscalização das posturas municipais relativas à higiene e à saúde pública; do controle de vetores de doenças e zoonoses; da articulação com outros órgãos municipais, demais níveis de governo e entidades de iniciativa privada para o desenvolvimento de programas conjuntos; e outras atividades correlatadas.

- **SECRETARIA DE FINANÇAS**

A Secretária de Finanças têm como principal objetivo administrar as finanças municipais com responsabilidade, ética, honestidade, zelo e transparência na sua aplicação dos recursos. Procurando sempre ampliar, fortalecer e consolidar as receitas municipais, ampliando as bases contributivas e corrigindo as distorções, para possibilitar o pagamento das dívidas e oferecer à comunidade os bens e serviços por ela demandados, na quantidade e qualidade merecida pela população.

### **3.6.3- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

A Secretaria de Educação, Esporte e Cultura (SEDUC) de Campina Grande está situada a rua Paulino Raposo, 347 – Centro. Estando à frente o secretário Flávio Romero Guimarães, contando atualmente com um número de 130 escolas, distribuídas em 39 núcleos - 29 localizados na zona urbana e 10 na zona rural -, 22 creches e 7 escolas conveniadas. Sob uma nova perspectiva, o secretário busca a revitalização da estrutura desses núcleos, numa abordagem da pedagogia inclusiva; programas de incentivo ao esporte e programas de intercâmbio com a comunidade. Estando a secretaria composta pelos seguintes setores:

- **Secretaria Adjunta:** Entre os objetivos de ação do(a) secretário(a) adjunto(a) está o de substituir o Secretário em suas ausências ou impedimentos legais, além de auxiliá-lo nas atividades da Secretaria, assumindo aquelas que lhe forem designadas. Hoje, o(a) ocupante(a) do cargo também participa de todos os projetos, programas e ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, coordena o Serviço de

Transporte Escolar dos Distritos de Catolé, São José da Mata, Assentamento Santa Cruz e Assentamento Caridade, e preside a Comissão de Progressão Funcional.

**Secretario(a) adjunto(a):** Bernadete de Lourdes Leite Farias

- **Coordenadoria:** O setor coordena e supervisiona, sob a orientação do secretário, as ações pedagógicas desenvolvidas pelas Diretorias Técnico Pedagógica Apoio às Escolas, buscando a integração entre elas, bem como as gerências da SEDUC. O setor também orienta com as diretorias o funcionamento das atividades e/ou programas/projetos de responsabilidade das gerências e desenvolve outras atividades que lhe são atribuídas pelo Secretário.

**Coordenador(a):** Inácio de Araújo Macedo.

- **Diretoria Técnico-Pedagógica:** A Diretoria Técnico Pedagógica cabe administrar e supervisionar as ações pedagógicas desenvolvidas nos diversos segmentos atendidos pelo município e coordenar o trabalho pedagógico realizado pelas chefias das gerências, fazendo com que as diretrizes político-pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação sejam efetivamente desenvolvidas. Também busca a integração dos segmentos atendidos, evitando a fragmentação do ensino, e executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo secretário.

**Diretor(a):** Isabel Cristina Costa Guedes

De acordo com a estrutura administrativa da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município de Campina Grande, a Gerência de Projetos, subordinada a Diretoria Técnico Pedagógica. Tem por responsabilidade planejar projetos e programas a serem implantados na Rede Municipal de Ensino e providenciar todas as informações, documentos e divulgações para efetivar parcerias e ações que viabilizem as atividades de ensino. À Gerência de Projetos compete também manter bancos de dados de novos projetos e programas e supervisionar a realização dos novos projetos até que os mesmos sejam executados a contento. Tendo como gerente Giovanna de Aquino Fonseca Araújo.

### 3.7- POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, políticas explicitadas, sistematizadas ou

formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.(Teixeira, 2002:2)

Deste modo, o produto resultante do Governo são políticas, traduzidas em normas, leis e ações, que afetam as relações das pessoas entre si(sociais) e destas com a natureza(econômicas).

Todavia as políticas do governo devem refletir simultaneamente as aspirações do Estado, em sua visão política e econômica de futuro e as aspirações da nação, expressas em seus valores culturais correntes.

Políticas Públicas estão diretamente relacionadas com as questões de liberdade e igualdade, controle democrático do Estado, distribuição da renda e das riquezas. Isto está ligado com o direito à satisfação de necessidades básicas, como emprego, saúde, educação, habitação, entre outros.(Matias Pereira, 199:106)

Os objetivos das políticas são: responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. E ampliar e efetivar direitos de cidadania, também criados nas lutas sociais e que possam a ser reconhecido institucionalmente.(Teixeira,2002:3)

Segundo Teixeira(2002:3), “é importante considerar alguns tipos de políticas, para que possa definir o tipo de atuação que se pode ter frente a sua formulação e implementação”. Vários critérios podem ser utilizados.

Quanto à natureza ou grau da intervenção:

- Estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc.
- Conjuntural ou emergencial – objetivam amainar uma situação temporária, imediata.

Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:

- Universais – para todos cidadãos.
- Segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinando (idade, condição física, gênero, etc).
- Fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:

- Distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;
- Redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;
- Regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

Para Teixeira(2002:4), “Alguns aspectos precisam ser considerados no processo de formulação de Políticas Públicas, no momento em que a sociedade civil é chamada a dele particular. Como por exemplo:

- Identidade – iniciativas de proposições para responder questões constituem um elemento importante no processo de formação de identidade coletiva dos atores sociais.
- Plataformas políticas – as políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia; refletem, pois, as condições que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondem as suas carências e demandas.
- Mediações Institucionais – as políticas públicas traduzem mediações interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou determinados grupos sociais.
- Dimensão Estratégica – as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico a constituem referência e base para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas.

Dentro deste contexto de Políticas Públicas, o que mais de perto nos interessa são as Políticas Educacionais.

### **3.8-POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL**

"Educação. O maior desafio do Brasil do presente e do futuro, o impulso objetivo para a redenção nacional..."Arnaldo Niskier

Políticas Educacionais são as políticas que constituem a essência dos seus sistemas e a coordenação superior das atividades educacionais, de tal forma envolve-se entre a realidade e a doutrina, entre a pedagogia pura e a compatibilidade governamental que reclama a clarividência do diagnóstico e a segurança das diretrizes administrativas. (Keliy, 1968:286)

### **3.8.1-CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Atualmente, considera-se a educação um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. É através da produção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas.

A Constituição estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Na esfera do Poder Público, este dever é uma atribuição repartida entre as diferentes instâncias governamentais (a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios).

Neste sentido, o nosso sistema educacional está organizado em dois níveis: a Educação Básica e o Ensino Superior. A Educação Básica é subdividida em Educação Infantil (creches para crianças até três anos e pré-escolares para crianças de quatro a seis anos), Ensino Fundamental (com oito anos de duração) e o Ensino Médio de, no mínimo, 3 anos.

Segundo Castro e Davanzo(1999)

A gestão da educação nacional se expressa através da organização dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais, das incumbências da União, dos Estados e dos Municípios; das diferentes formas de articulação entre as instâncias normativas, deliberativas e executivas do setor educacional e, da oferta de educação escolar pelos setores público e privado.

Por fim são mais de 2,5 milhões de professores e 57 milhões de estudantes matriculados em todos os níveis de ensino. Estes números apontam um crescimento no nível de escolaridade do povo brasileiro, fator considerado importante para a melhoria do nível de desenvolvimento de nosso país.

### **3.8.2-POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DA PARAÍBA**

No âmbito do Poder Público, a educação é tarefa compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo organizada sob a forma de regime de colaboração.

Neste sentido a educação básica é uma atribuição compulsória dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A oferta do ensino obrigatório, isto é, o ensino fundamental é responsabilidade compartilhada dos Estados e Municípios, sendo o ensino médio uma atribuição específica dos Estados e a educação infantil uma atribuição dos Municípios.

Neste contexto o Estado da Paraíba conta hoje com 1.266 escolas estaduais que beneficiam milhares de alunos por todo o estado. Levando o conhecimento a toda a população e ajudando os pais a incentivar os filhos a permanecerem estudando regularmente, como é dever do estado.

### **3.8.3-POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

O Prefeito Veneziano Vital do Rêgo juntamente com o Secretário Flávio Romero Guimarães têm a tarefa de conduzir as políticas gerais e redefinir as estratégias e instrumentos administrativos e pedagógicos de sentido amplo para o desenvolvimento da educação no município de Campina Grande.

Neste sentido, o atual governo municipal tem feito significativos investimentos em projetos e programas de formação continuada, a melhoria da infra-estrutura de nossas creches e escolas, a ampliação de vagas na Educação de Jovens e Adultos, a reforma dos espaços de cultura, a exemplo do Centro Cultural Lourdes Ramalho e do Teatro Rosil Cavalcante, a melhoria dos espaços de Esportes, como a reforma do Ginásio “O Meninão”, a reestruturação pedagógica com a criação dos núcleos, com a implantação de laboratórios de informática (em andamento) e a convocação de concursados. Enfim, uma série de ações que demonstram o compromisso do governo municipal para com as políticas públicas de educação, esporte e cultura.

Com o fim de analisarmos de perto o compromisso do governo municipal atual para com as políticas públicas na educação, detalharemos alguns projetos executados no ano de 2006.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tratou-se de uma pesquisa descritiva, pois pretende expor as características de alguns projetos desenvolvidos pela Secretária de Educação, Esporte e Cultura do Município de Campina Grande no ano de 2006.

O levantamento de dados foi feito a partir de pesquisas bibliográficas, pois segundo VERGARA, “foi desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, acessíveis ao público em geral”.

Quanto à população estudada escolheram-se seis projetos executados no ano de 2006 pela Secretária de Educação, Esportes e Cultura do Município de Campina Grande.

Em virtude da facilidade de acesso, a amostra do estudo corresponde ao método de amostragem não-probabilística.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, já citados anteriormente, fez-se necessário à coleta de dados realizada a partir de entrevistas por pauta onde foram agendados vários pontos a serem explorados, tais como:

- Quais projetos foram desenvolvidos em 2006, pela Secretária de Educação, Esportes e Cultura do Município de Campina Grande?
- Quanto foi orçado para cada projeto?
- Os objetivos foram alcançados?
- Os resultados foram satisfatórios?

Bem como, o tratamento de dados utilizado foi o qualitativo, pois se buscou apresentar de forma mais estruturada o material pesquisado sobre os projetos. Sem a necessidade, portanto, do uso de material estatístico.

O período de realização deste estudo foi compreendido entre os meses de novembro a março de 2007.

## **APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTADOS**

### **5.1-PROJETOS EXECUTADOS EM 2006**

A Secretária de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande por intermédio da Gerência de Projetos na pessoa de Giovana de Aquino Fonseca Araújo desenvolveu durante o ano de 2006 alguns projetos junto a essa secretaria com o objetivo de melhorar a educação no município de Campina Grande e atender a solicitação do Ministério de Educação (MEC), pois anualmente no mês de março o MEC envia as secretárias de educação de todos os municípios uma sistemática (edital), a partir dessa sistemática as secretárias de educação devem enviar propostas de projetos para o MEC avaliar e posteriormente aprová-los, alguns projetos têm seus orçamentos aprovados em sua totalidade, outros só em parte.

## QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA DE PROJETOS

Projetos aprovados nas áreas de Educação e Cultura que foram aprovados em 2005, e foram executados em 2006.

**TABELA 1: Projetos aprovados nas áreas de Educação e Cultura**

TÍTULO DO PROJETO	OBJETO	ENTIDADE CONCEDENTE	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO
<b>1. Educação do campo</b>	Capacitação de professores e técnicos da zona rural, bem como aquisição de material didático.	MEC/FDN	76.121,40	28.076,40
<b>2. Paz nas escolas</b>	Capacitação de professores	MEC/FDN	23.733,50	9.801,00
<b>3. Educação sócio-ambiental/Educação Chico Mendes</b>	Capacitação de monitores, técnicos e professores	MEC/FDN	52.965,99	52.965,99
<b>4. Educação especial</b>	Adaptação de escolas para acessibilidade física, formação de professores e técnicos além de aquisição de material didático/pedagógico.	MEC/FDN	261.287,90	59.479,00
<b>5. Restauração do Museu Histórico de Campina Grande</b>	Restauração do prédio e parte do acervo, além de aquisição de equipamentos.	FIC/GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA	70.574,62	70.574,62
<b>6. Profissionais de apoio</b>	Formação continuada de vigilantes, merendeiras, etc.	MEC/FNDE	150.888,00	48.867,99

**FONTE: Gerência de Projetos**

**Observação:** Os projetos Educação sócio-ambiental/Educação Chico Medes, Restauração do Museu Histórico de Campina Grande tiveram seus orçamentos aprovados em sua totalidade e os demais foram aprovados apenas em parte.

Do valor aprovado para todos os projetos citados acima existe uma contra partida de 1% em cima do valor total que é o investimento do governo municipal. Com exceção do projeto Restauração do Museu Histórico de Campina Grande que obteve uma contra partida de 20% do governo municipal.

**5.2-DESCRIÇÃO DOS PROJETOS****5.2.1- Projeto Educação no Campo: O Fortalecimento de uma educação na Construção de novos cenários.**

Pensar a educação no campo implica no reconhecimento dos graves problemas de acesso e de baixa qualidade da educação pública destinada a essa população. Assim, abstrair as idéias que possam orientar o pensar sobre a prática da educação a partir das necessidades intrínsecas e de suas diferentes realidades contextuais e sujeitos envolvidos pode se constituir num trabalho efetivo quando considerado o estabelecimento de vínculos com a dimensão humana concreta numa perspectiva de universalidade: antes (durante e depois) projetando Mudanças.

Neste sentido, a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande/PB, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Ministério da Educação, vêm desenvolvendo o Projeto Educação no Campo, ação educativa voltada para a valorização e qualificação profissional que atua na educação do campo. O projeto, realizado em parceria com o MEC/FNDE, busca contribuir para a autonomia pedagógica da educação no campo para que se promova: o desenvolvimento local; desenvolvimentos de conhecimentos, metodologias e estratégias de ensino; cultivo da identidade e produção de diferentes saberes. A articulação escolar entre diferentes disciplinas, pelo planejamento pedagógico, subsidia um pensar e fazer crítico e reflexivo.

Assim, esta formação vem contemplando a inteiração interdisciplinar enfocando essa abordagem pelos conhecimentos específicos. Pretende-se com essa capacitação promover ações didático-pedagógicas que viabilizem a reflexão sobre a prática de ensino e

aprendizagem nas diversas áreas de conhecimento, contribuindo de forma significativa com o trabalho do professor em sala de aula na perspectiva da realidade no campo.

## QUADRO 2: PROJETO EDUCAÇÃO NO CAMPO

PÚBLICO ALVO	DISTRITOS CONTEMPLADOS	NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS
65 professores, 15 técnicos (supervisor, orientador, psicólogo e assistente social) e 15 gestores;	09 escolas dos distritos de Galante, Catolé e São José da Mata, beneficiando	1.810 alunos

**FONTE: Elaboração própria**

A SEDUC entende que a educação no campo deve incluir em seu debate político e pedagógico a questão de que saberes são mais necessários aos sujeitos do campo, e podem contribuir na preservação e transformação de processos culturais, de relações de trabalho, de relações de gênero, de relações entre gerações no campo; também que saberes podem contribuir novas relações entre campo e cidade. Além disso, é preciso discutir sobre como e onde estão sendo produzidos hoje estes diferentes saberes, qual a tarefa da escola em relação a cada um deles, e também que saberes especificamente escolares podem ajudar na sua produção e apropriação cultural. Assim, o curso de capacitação está sendo ministrado por profissionais pós-graduados/ mestres, com carga horária de 120 horas, por área de conhecimento específica, distribuídas em três etapas:

**TABELA 2: Etapas do Projeto Educação no Campo**

ETAPAS	CARGA HORÁRIA	AULAS PRÁTICAS	AULAS TEÓRICAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	MINISTRANTES DO CURSO
1º	40 horas	10 horas em oficinas	30 horas	Língua Portuguesa	Antonia de Farias Leite (Pedagoga pela UEPB, Articuladora dos Núcleos Regulares da Zona Rural – SEDUC/PMCG)
2º	40 horas	10 horas em oficinas	30 horas	Matemática	Vera Lúcia de Sousa Apolinário Jerônimo (Psicóloga pela UEPB, Articuladora dos Núcleos Regulares da Zona Rural – SEDUC/ PMCG)
3º	20 horas	04 horas em oficinas	16 horas	Ciências Sociais	

**FONTE: Elaboração própria**

### 5.2.2- Projeto Paz nas Escolas – Capacitação de Professores

O Projeto Paz nas Escolas parte de uma preocupação vital para a construção da cidadania brasileira, onde cada um fazendo sua parte transforma gerações futuras, evitando que os índices graves de violência atinjam o espaço social, considerado como sagrado o ambiente escolar, local do saber, do livre pensamento, da ciência, da sociabilidade e das transformações.

Com base na importância que o projeto trás para a comunidade escolar, numa realidade onde as famílias de nossa região são de classes sociais menos favorecidas é preciso reconhecer que a paz proporciona maiores oportunidades de crescimento e aprendizado que leva a felicidade plena de todos que compõem o contexto escolar e familiar.

O Projeto foi elaborado pela coordenação do Grupo de Trabalho sobre Violência da Secretária de Educação, Esporte e Cultura –SEDUC, tendo como órgão financiador o MEC/FNDE.

#### QUADRO 3: Público - alvo e município contemplado

PÚBLICO ALVO	MUNICÍPIO CONTEMPLADO
Equipe Multiprofissional, composta de professores e gestores.	Campina Grande

FONTE: Elaboração própria

O Projeto “Paz nas Escolas” inserido na proposta da SEDUC, no projeto 6 em 1: Convergindo com a Diversidade, sendo desenvolvido em duas etapas:

**TABELA 3: Etapas do Projeto Paz nas Escolas**

ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TURNOS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	MINISTRANTES DO CURSO
1º	80 horas	duas semanas	dois turnos diurnos	Espiritualidade libertadora, Pedagogia Freiriana, Incentivo às Artes na Educação, Psicanálise e Direitos Humanos, Lei de Proteção à Criança e do Adolescente,	Maria das Graças de Lima ( Pedagoga pe UFPB, Articuladora do Grupo de Trabalho contra a violência SEDUC/PMCG)
2º	80 horas	duas semanas	dois turnos diurnos	Pedagogia dos Sentidos e Educação Sentimental, Educação Planetária, procedimentos de aprendizagem para a construção da paz nas escolas.	

FONTE: Elaboração própria

A equipe Multifuncional se caracterizaram pelo suporte nas ações a serem sistematizadas, fazendo seu trabalho na superação da violência pela superação de uma cultura de paz nas escolas.

Tanto a 1º etapa como a 2ª, tiveram como objetivos promover as ações educativas com todos os profissionais de Educação, tornando o espaço de trabalho como objeto da discussão dos problemas relativos a violência; possibilitar a formação de agentes multiplicadores da cultura de paz no sentido de amenizar a violência no cotidiano escolar.

As metas foram trabalhar de forma integrada, reunindo parceiros e atores com ênfase na ética e nos direitos humanos; desenvolvam situações que permitam a aprendizagem coletiva, cooperativa de pequenos grupos de estudo e trabalho. Os membros do grupo terão trocas de informações que possibilitem a construção da cultura de paz e por fim, nos engajarmos no trabalho em rede.

Os educadores retornaram às suas unidades escolares com o propósito de elaborar planos de trabalho, Projetos de acordo com suas realidades, ações referentes a temática em questão que possibilite a troca de experiências.

### 5.2.3 – Projeto Educação Socioambiental – Educação Chico Mendes

O Programa Educação de Chico Mendes surgiu para dar continuidade à construção permanente da educação ambiental e à promoção de um círculo virtuoso na busca do conhecimento, pesquisa e geração de saber e ações transformadoras a partir das escolas e das comunidades locais. Tornou-se imprescindível estabelecer uma relação entre as escolas e as comunidades, seus territórios e problemas socioambientais, incentivando alunos e professores a tornarem-se não só educadores ambientais, como sujeitos de intervenção e construção de uma nova sociedade baseada na ética da sustentabilidade, remontando ao exemplo e experiência do sindicalista e seringueiro Chico Mendes, um dos símbolos da luta ambientalista em nosso país.

O Projeto Educação Socioambiental – Educação Chico Mendes em Campina Grande teve como objetivo promover formação continuada na área de Educação Ambiental para professores técnicos, monitores, educadores sociais e demais profissionais envolvidos direta e indiretamente no trabalho pedagógico nas escolas, buscando implementar ações educativas e de intervenção ambiental nas comunidades do ensino escolar além de organizar as com-vidas para a construção da agenda 21.

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida Com-vida é uma nova forma de organização na escola e se baseia na participação dos estudantes, professores, funcionários, diretores, comunidade. O principal papel da Com-vida é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade. Desta forma, as escolas participantes do projeto devem criar suas Com-vidas com o intuito de fazer de cada escola, um local ambientalmente sustentável sem desperdício de água, energia, merenda etc.

#### QUADRO 4: Público-alvo do Projeto Educação Sócio-ambiental – Educação Chico Mendes

PÚBLICO ALVO	METODOLOGIA	PERÍODO
--------------	-------------	---------

Professores, gestores, técnicos e monitores	formação continuada e atividades para o público alvo	De maio a dezembro de 2006
---	--	----------------------------

**FONTE: Elaboração própria**

#### **5.2.4- Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade tem o objetivo de disseminar a política de educação inclusiva no Município Pólo de Campina Grande e na área de sua abrangência e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, adotando como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino. A partir da garantia do acesso à educação previsto na legislação, os sistemas de ensino se estruturam para ampliar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade no Município de Campina Grande recebeu recursos do MEC/SEESP e teve os seguintes objetivos:

- Sensibilizar e envolver os educadores do Município- Pólo (Campina Grande) e da área de abrangências na política de Inclusão;
- Capacitar educadores para implantação de uma política de educação efetivamente inclusiva;
- Fortalecer as ações previstas para a continuidade do Programa na política Educação Inclusiva, no Município Pólo de Campina Grande e na área de sua abrangência;
- Expandir o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade em 35 municípios da área de abrangência identificados pelo MEC e SEESP;
- Sensibilizar a Sociedade Civil e Organização quanto a inclusão Educacional e Social Educativas Especiais na sua diversidade.

O público-alvo do programa foram Gestores, Técnicos, Professores, Vigias, Merendeiras, Auxiliares de Serviços e Pais. Tendo com metodologia o III Seminário Município – Pólo de Campina Grande para formação Continuada de Educador, onde o conteúdo foram temas

específicos da Educação para formação Continuada de Educador, realizada no período de 05 a 09 de junho de 2006 com carga –horária de 40 horas/ aulas.

**QUADRO 5: Público-alvo do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**

METODOLOGIA	PÚBLICO-ALVO	MINISTRANTE
III Seminário Município – Pólo de Campina Grande para formação Continuada de Educador	Gestores, Técnicos, Professores, Vigias, Merendeiras, Auxiliares de Serviços e Pais de alunos	Iara de Moraes Gomes (Articuladora da Educação Especial)

**FONTE: Elaboração própria**

**5.2.5- Projeto de Reforma e Restauração do Museu Histórico de Campina Grande**

O Projeto de Reforma e Restauração do Museu Histórico de Campina Grande teve como objetivos a restauração e recuperação de todo o prédio onde se encontra instalado o Museu, como também restauração do acervo e recuperação do arquivo histórico. Sendo realizado de fevereiro a novembro (reinauguração no final de novembro de 2006).

Os financiadores do projeto foram o FIC e a Prefeitura Municipal de Campina Grande, com parcerias FIC (Governo Estadual), CELB e Saelpa.

**QUADRO 6: Objetivos do Projeto de Reforma e Restauração do Museu Histórico de Campina Grande**

OBJETIVOS	ORÇAMENTO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restauração e recuperação de todo o prédio onde se encontra instalado o Museu</li> <li>• restauração do acervo e recuperação do arquivo histórico</li> </ul>	70.574,62

**FONTE: Elaboração própria**

**5.2.6- Projeto Formação Continuada de Profissionais de Apoio**

A Secretária de Educação, Esporte e Cultura( SEDC), dando continuidade a execução da Política de Formação Continuada para os diversos segmentos profissionais da educação deste município, promoveu em duas etapas, e em parcerias com o MEC/FNDE, um curso de Formação para merendeiras, vigilantes, secretários, bibliotecários e auxiliares de serviços gerais.

Na primeira etapa o curso abordou temas como Ética no Trabalho – Refletindo as relações interpessoais; A Importância do Trabalho Coletivo no Cotidiano Escolar; Práticas Educativas Frente às Manifestações da Sexualidade Infanto Juvenil. Tendo como palestrantes Aliana Fernandes Guimarães (Doutorada em Ciências Biológicas – Universidade de Córdoba Espanha, Giovana de Aquino Fonseca Araújo ( Mestre em Ciências da Sociedade UEPB), Gilvania Wanderley de Andrade Ribeiro ( Especialista em Educação Infantil), no horário de 8:00 as 12:00/13:00as 17:00 no Teatro Municipal.

A segunda etapa ocorreram oficinas específicas nos temas Escrituração Escolar e Arquivo; Segurança no Trabalho; Técnicas de Administração e Organização Bibliotecária; Práticas de Manipulação de Alimentos e de Higiene e Saúde. Tendo como facilitadores José Frederico Lucena Benício (Especialista no Ensino da Língua Inglesa – URCA), Targino Pereira Araújo ( Especialista em Segurança no Trabalho- UFPB), Karoline Pombo Diniz( Bacharel em Administração –UFCG), Dulce Monteiro Bezerra (Ciências Biológicas –UEPB). As oficinas ocorreram no Auditório e Nave do CTE, Auditório da Biblioteca Municipal e no Centro Cultural, no período de 16 a 28 de outubro de 2006, tendo como público alvo Secretários Escolares, Vigilantes, Bibliotecários, Merendeiras e Agentes de Serviços Gerais.

**TABELA 4: Etapas do curso de Formação**

TEMAS	PÚBLICO -ALVO
Ética no Trabalho – Refletindo as relações interpessoais	Merendeiras, vigilantes, secretários, bibliotecários e auxiliares de serviços gerais
A Importância do Trabalho Coletivo no Cotidiano Escolar	Merendeiras, vigilantes, secretários, bibliotecários e auxiliares de serviços gerais
Práticas Educativas Frente às Manifestações da Sexualidade Infanto Juvenil	Merendeiras, vigilantes, secretários, bibliotecários e auxiliares de serviços gerais
Escrituração Escolar e Arquivo	Secretários Escolares
Segurança no Trabalho	Vigilantes

Técnicas de Administração e Organização Bibliotecária;	Bibliotecários
Práticas de Manipulação de Alimentos e de Higiene e Saúde	Merendeiras e Agentes de Serviços Gerais

**FONTE: Elaboração própria**

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **6.1 – Apresentação dos Resultados**

#### **6.1.1- Projeto Educação no Campo**

A 1ª Etapa da formação teve resultados significativos, uma vez que foram constatados na categoria desempenho dos participantes, responsabilidade, pontualidade, participação nas oficinas, com excelente aproveitamento. Em relação ao desempenho dos Professores Ministrantes, obtiveram-se resultados favoráveis com relação à participação, pontualidade, relacionamento com o Grupo, entendimento do tema abordado e responsabilidade. Em relação ao desempenho obteve-se uma avaliação positiva dos serviços da Equipe de Apoio: transporte, local, alimentação, coordenação do curso. Considerando as dificuldades encontradas para o cumprimento dos 200 dias letivos de acordo com determinação da LDB, a realização da 2ª e da 3ª Etapa estava prevista para o mês de novembro de 2006.

O Projeto Educação no Campo vem contribuindo para aprofundar o estudo de didáticas e metodologias que consigam traduzir esta concepção de escola e este projeto político e pedagógico em cotidiano escolar. Foi observado que o professor vem refletindo mais sobre como acontecem os processos de aprendizagem e ensino, e como se constroem os saberes especificamente escolares que, cotejadas com as práticas já construídas podem ajudá-los a passar de intenções a alternativas concretas de um trabalho pedagógico que ajuíze estas concepções, e que participe de fato na construção desse novo projeto de campo e de educação.

#### **6.1.2 – Projeto Paz nas Escolas**

A partir do projeto Paz nas Escolas foi possível instrumentalizar a comunidade escolar da necessidade do envolvimento de todos, no desempenho geral da educação para a PAZ como peça chave na luta contra a violência e utilizar estratégias na Escola-comunidade para

assim despertar mudanças Sócio-Culturais envolvendo a solidariedade, justiça, diálogo e respeito mútuo. Como também buscar parcerias junto às famílias no sentido de contribuir para uma conscientização de educandos de que é possível encontrar a PAZ, promovendo eventos e oficinas que puderam contribuir na elaboração de novas metodologias para minimizar a violência, incentivando e fortificando a PAZ, estimulando o interesse pela leitura do tema utilizando os livros paradidáticos, que desafiam, desenvolvem e envolvem o educando no Sócio – educativo, Social e Cultural.

Os resultados deste projeto mostraram que é possível administrar a violência, mantendo-a em patamares que ofereçam um mínimo de tranqüilidade quanto ao funcionamento da escola e um entusiasmo dos educadores na elaboração e execução dos planos de trabalho, realizando palestras e debates sobre os temas de interesse da comunidade. Foi observada uma continuidade do projeto por meio da formação da equipe multiprofissional que viabilizou ações dentro das escolas neste sentido. No entanto os frutos deste projeto só serão verdadeiramente percebidos no futuro quando estas crianças se tornarem adultos que mesmo diante de realidades duras não busquem na violência soluções para seus problemas. É a educação mudando o futuro.

### **6.1.3 - Projeto Educação Socioambiental – Educação Chico Mendes**

O Projeto Educação Socioambiental – Educação Chico Mendes resultou uma maior formação e conscientização da importância por parte dos professores técnicos, monitores, educadores sociais e demais profissionais envolvidos direta e indiretamente no trabalho pedagógico da educação ambiental nas escolas. Os profissionais envolvidos no projeto implementaram ações educativas e de intervenção ambiental nas comunidades de ensino escolar e organizaram as com-vidas para a construção da agenda 21.

Os alunos e professores tornaram-se não só educadores ambientais, mas sujeitos de intervenção e construção de uma nova sociedade baseada na ética da sustentabilidade, pois em muitas escolas a prática desses princípios já são realidade. Citamos como exemplo a plantação de pequenas hortas que auxiliam no preparo das merendas e por parte dos professores, funcionários e alunos maior atenção para o não desperdício de água e energia dentro da escola e em suas casas.

#### **6.1.4- Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, foi executado com os materiais vindo do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial nos anos de 2004 a 2006 sendo oficializado no ano de 2003 e executado até o ano de 2006. Tendo um avanço significativo na atual gestão do Prefeito Veneziano Vital do Rêgo por este nortear suas ações na política inclusiva.

Como resultado da inclusão observou-se uma maior sensibilização e envolvimento dos educadores do Município- Pólo (Campina Grande) e da área de abrangência na política de Inclusão; e com a capacitação dos educadores houve a implantação de uma política de educação efetivamente inclusiva; Fortalecendo assim as ações previstas para a continuidade do Programa na política Educação Inclusiva, no Município Pólo de Campina Grande e na área de sua abrangência; expandindo o Programa em Cuité, Lagoa Seca, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas e Olivedos municípios da área de abrangência identificados pelo MEC e SEESP que puderam também realizar seus Seminários de Educação Inclusiva.

#### **6.1.5 - Projeto de Reforma e Restauração do Museu Histórico de Campina Grande**

Após a reinauguração do Museu, com o término do projeto de restauração e reforma, verificou-se um substancial incremento do fluxo de visitantes e usuários, tendo em vista o maior conforto que pode agora ser dado aos visitantes e usuários do Museu. Fato este vem justificar a necessidade e conveniência do projeto realizado.

Ademais, foi acrescido ao acervo já existente outras peças nos setores carnavalesco, sacro e histórico. E também recuperado todo o arquivo histórico.

Oportunamente, cumpre ressaltar que foi adquirido, pelo referido projeto, uma nova mobília (mesas, cadeiras, birôs etc), e implementado o setor de informática composto por: computador, scanner, impressora, data show e máquina fotográfica digital.

#### **6.1.6 - Projeto Formação Continuada de Profissionais de Apoio**

Os resultados do Projeto Formação Continuada de Profissionais de Apoio foram significativos, uma vez foi constatado que na categoria desempenho dos participantes, responsabilidade, pontualidade, participação nas oficinas, obteve-se excelente aproveitamento. Em relação ao desempenho dos Palestrantes, obtiveram-se resultados favoráveis com relação à participação, pontualidade, relacionamento com o Grupo, entendimento do tema abordado e responsabilidade. Em relação ao desempenho obteve-se uma avaliação positiva dos serviços da Equipe de Apoio: transporte, local, alimentação e coordenação do curso.

Concluindo, foi observado que o Projeto Formação Continuada de Profissionais de Apoio contribuiu para aprofundar os conhecimentos teóricos-práticos essenciais para a melhoria da qualidade dos serviços prestados por estes profissionais no ambiente escolar, aumentando o sentimento de valorização destes profissionais, que passaram a trabalhar com maior confiança, segurança e eficiência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os objetivos delineados no planejamento desta pesquisa, chega-se a algumas considerações finais que não têm um fim, em si mesmo, mas deseja que seja um meio para futuros estudos nessa área.

Diante disto após análise da literatura existente sobre administração pública onde constatamos que esta resume-se na busca do bem comum e que segundo Alessi "é o conjunto de órgãos e serviços do Estado e objetivamente é a expressão do Estado agindo in concreto para a satisfação de seus fins e conservação, de bem estar individual dos cidadãos e de progresso social."

Pôde-se concluir que a Secretária de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande, sendo parte da estrutura da administração direta municipal com seus setores e em especial o setor da Gerência de Projetos, desenvolve anualmente projetos na área de Educação, Esporte e Cultura com o intuito de acrescentar valor aos profissionais, alunos e a própria população em geral que é beneficiada.

Desta forma foram relatados nesta pesquisa seis projetos nas áreas de educação e cultura e analisados seus resultados e sua importância para o bem comum dos campinenses.

### **O Projeto Educação no Campo: Fortalecimento de uma educação na construção de novos cenários**

Em relação ao curso de capacitação para os profissionais que trabalham no campo. Verifica-se que é significativa a ação da secretaria para a capacitação dos professores e demais profissionais no aprofundamento de didáticas e metodologias que possam facilitar a aprendizagem dos alunos do campo. Melhorando futuramente sua realidade e sua forma de

ver a vida. Contudo só o oferecimento de uma capacitação que não dura mais de uma semana e após não havendo um acompanhamento e um suporte das idéias e propostas oferecidas na capacitação fica essa iniciativa perdida diante da sofrida realidade de trabalho dos professores das escolas rurais.

### **O Projeto Paz nas Escolas**

Com relação à capacitação de uma equipe multiprofissional, composta por professores e gestores com o intuito de dar suporte as ações dos mesmos nas escolas orientando contra a violência e em favor de uma cultura de paz. Este projeto é relevante em primeiro lugar por conscientizar e orientar os professores de como agir diante de situações violentas dentro das escolas e na comunidade onde a mesma está inserida. Em segundo lugar observou-se uma continuidade do projeto por meio da formação dessa equipe multiprofissional que viabilizou ações dentro das escolas neste sentido. No entanto os frutos deste projeto só serão verdadeiramente percebidos no futuro destes quando essas crianças se tornarem adultos que mesmo diante de realidades duras não busquem na violência soluções para seus problemas. É a educação mudando o futuro.

### **Projeto Socioambiental - Educação Chico Mendes**

A formação continuada para os professores, técnicos, monitores, educadores sociais e demais profissionais envolvidos direta ou indiretamente no trabalho pedagógico nas escolas, é muito atual e necessário para o desenvolvimento intelectual dos alunos, bem como para ressaltar a importância da intervenção tanto dos professores como dos alunos nos problemas socioambientais que envolvem a comunidade onde estão inseridos, para assim poderem construir uma sociedade baseada na ética da sustentabilidade e do não desperdício. Podendo os alunos praticar esses princípios já dentro das escolas com a plantação de pequenas hortas que auxiliam no preparo das merendas e na maior atenção para o não desperdício de água e energia dentro da mesma e em suas casas.

## **O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**

O III Seminário de formação continuada para educadores é uma iniciativa louvável no sentido que é realmente necessário desenvolver nos profissionais de educação a importância de acolher bem e de forma adequada os alunos com necessidades especiais, a política de inclusão deve realmente ser vivida nas escolas, pela sua importância e porque as escolas estão sendo obrigadas por lei a receber alunos com necessidades especiais.

Os educadores com estes seminários estarão aptos a desenvolver nos alunos o valor do ser humano com todas as suas limitações, para que os alunos especiais sejam bem recebidos não só pelos educadores e profissionais nas escolas, mas também por seus colegas.

Nota-se porém que é muito tímidos o ingresso de alunos com necessidades especiais nas escolas de nosso município, não se sabe a razão. Em nosso município a oferta de escolas ou fundações voltadas só para alunos especiais é bem desenvolvida, pode ser este um motivo do pequeno ingresso dos alunos especiais nas escolas da rede municipal. A política de inclusão precisa-se ser mais amplamente trabalhada e divulgada.

## **Projeto de Reforma e Restauração do Museu Histórico de Campina Grande**

A Reforma do Museu Histórico e restauração de seu acervo foi um importante projeto para a cidade de Campina Grande e para a cultura do município pois nota-se por parte dos gestores uma preocupação com a história do município e de seu patrimônio, faltando apenas desenvolver na população o valor desse patrimônio, para que possam conservá-lo e mantê-lo. Por parte dos gestores deveria-se estender esse maior interesse para os outros patrimônios históricos da cidade que estão abandonados, pois também possuem uma história que deve ser preservada.

## **Projeto Formação Continuada de Profissionais de Apoio**

A formação continuada para os diversos segmentos profissionais da educação desenvolveu nos mesmos um maior aprofundamento nos conhecimentos teóricos–práticos essenciais para o seu trabalho diário melhorando a qualidade dos serviços prestados por estes profissionais no ambiente escolar, bem como despertando neles o sentimento de valorização por parte dos gestores, ou melhor, estes profissionais perceberam por parte da administração

uma preocupação maior com o trabalho oferecido por eles aos alunos em seus locais de trabalho, pois muitas vezes só a parte educacional de sala de aula tem a atenção dos dirigentes, eles passaram a trabalhar com maior confiança, segurança e eficiência. Este tipo de formação é muito importante para o bom funcionamento das atividades escolares como um todo, pois todas as áreas dentro das escolas devem trabalhar em comunhão e unidade, para assim poderem oferecer um serviço de alta qualidade a população campinense. Tão carente de serviços públicos de qualidade.

Este estudo tornou-se viável à medida que despertou e espero que possa despertar em outras pessoas a importância de observar o trabalho dos gestores, a prestação de serviço público de qualidade a população em geral. Bem como o estudo traz ao ambiente pesquisado o conhecimento de que cidadãos se interessam sim e se preocupam com “o quê?” e “como?” os serviços públicos são prestados a população. Esta é mais uma forma de cobrar desses órgãos resultados.

Durante o período de coleta das informações tive-se no início dificuldades em obter informações sobre os projetos em geral, a burocracia e a falta de informação por parte dos funcionários da própria secretaria dificultaram um pouco a pesquisa, percebeu-se que em geral os próprios funcionários não têm conhecimento dos princípios de Administração pública que regem seu trabalho, que a publicidade é Lei e que os cidadãos tem o direito de obter informações sobre o que é feito dentro das instituições públicas. Contudo passados estes problemas iniciais os funcionários da Gerência de Projetos foram muito colaborativos em partilhar as informações necessárias a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

1. ALESSI, Disponível em: <http://www.ibradd.com.br/leiamais.php?id=1> .Acesso em: 15/03/2007.
2. AMATO, Pedro Muñooz. Introdução à teoria geral da administração Pública. Cadernos da EBAP. Rio de Janeiro; EBAP, nº 23, 1962.
3. ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. ARRUDA, Daniel Gomes. Contabilidade Pública: da teoria à prática- atualizada conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. – São Paulo: Saraiva, 2004.Áurea Maria Queiroz Davanzo. . Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.
4. CASTRO, Maria Helena Guimarães. DAVANZO, Áurea Maria Queiroz. Brasília. Artigo: Situação da educação básica no Brasil.
5. DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, , 1997, Atlas, págs.55-56 Educacionais, 1999.
6. FILELLINI, Alfredo. Contabilidade Social. 2º Edição. 1994. Ed. Atlas.
7. HEADY, Ferrel. Administração Pública: uma perspectiva comparada. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
8. HERBET EMMERICH, Manual de administração pública- editado pela Fundação Getúlio Vargas – Serviços de Publicações- Rio de Janeiro-1962.
9. KELLY, Celso. Política de educação. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1968.
10. MATIAS PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política orçamentária do Brasil. São Paulo: Atlas, 1999.
11. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. 1. ed. São Paulo: Atlas, (2000:80)
12. MEIRELLES, Hely Lopes. 1995 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034). Acesso em 17/03/2007

13. SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal- 2 ed. – São Paulo: Atlas; 2003.
14. TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Boletim- revista AATR. Brasília. 2002. Disponível em: <http://www.aatr.org.br>. Acesso em 17/03/2007.
15. VERGARA, Sylvia Constant – Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 5ª edição- Editora Atlas-2004-São Paulo.